

Exma Senhora

Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação

Senhoras e Senhores Deputados

A todos saúdo,

A ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, foi criada em janeiro de 1991 e abrange os municípios Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.

Ao longo deste tempo, a associação foi certificada e reconhecida em valências muito específicas: permitindo consolidar uma equipa de 6 colaboradores, com habilitações académicas e profissionais diversas, com uma maturidade profissional significativa que, permitem responder de forma muito satisfatória a um conjunto de tarefas necessárias à sua função de organismo intermédio e Grupo de Ação Local.

A longo dos seus 29 anos de existência tem promovido e participado no desenvolvimento local nos seus municípios de intervenção, alavancando iniciativas, apoiando investimentos em áreas tão importantes como sejam:

- A recuperação do património
- A preservação da gastronomia
- A formação/qualificação profissional
- O promoção e preservação do artesanato
- O turismo e desenvolvimento rural nas suas diferentes vertentes.

É com base nesse espírito de missão e presença no território que tem vindo a trabalhar, nos últimos 3 anos, na criação de uma rede de Centros de Interpretação

ligados a factos e/ou acontecimentos que atestam a importância da região na história do século XX português.

Mas antes de apresentarmos esta Rede, permitam-me que recorde às senhoras e senhores deputados que, de uma forma crescente e diríamos até, insistente, a dimensão e as especificidades territoriais têm vindo a assumir prioridade na implementação de políticas públicas.

Mas nunca como hoje a coesão territorial teve tanto interesse e premência tendo em conta a necessidade de um desenvolvimento socioeconómico equilibrado e equitativo, valorizando a especificidade de cada território e permitindo a possibilidade da população tirar o melhor partido das características, potencialidades e singularidades existentes em cada região.

O projeto da Rede de Centros de Interpretação contribui de forma inequívoca para o cumprimento do Programa Nacional para a Coesão Territorial, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro e posteriormente atualizado.

Enquanto base estrutural de promoção de um território do interior, aliando a escalabilidade de uma eficiência coletiva, servirá de base estrutural de valorização e reforço da coesão de cinco municípios (Carregal do Sal, Penacova, Santa Comba Dão, Seia e Tondela).

A coesão territorial e a correção dos desequilíbrios regionais são tarefas complexas e de longo prazo. A inversão de tendências estruturais de décadas não ocorre no curto prazo ou com base na concretização de fórmulas simples. Mas neste momento a coesão territorial e o desenvolvimento do interior são causas nacionais que mobilizam toda a comunidade. A necessidade de aproveitamento de todo o potencial do território nacional em benefício do país, a consciência do valor ambiental e das utilidades que o interior oferece a Portugal e a solidariedade intrarregional criam uma circunstância em que a mobilização de recursos e a

concentração de esforços a favor do interior, se tornam mais prementes. Importa promover a atração de investimento que crie emprego e que permita fixar populações. Para se contrariarem as tendências de abandono do território e envelhecimento, é necessário assegurar saldos migratórios positivos, o que exige a retenção da população ativa e a atração de novos residentes.

A visão e estratégia para a região passa por tirar partido dos seus múltiplos recursos endógenos, das infraestruturas existentes, dos territórios e dos agentes regionais, desenvolver o turismo associado ao território, promovendo a sustentabilidade e a coesão territorial, afirmando a Região Centro enquanto destino sustentável; desenvolver, qualificar e requalificar a oferta turística existente, explorando as melhores tecnologias disponíveis, e reforçando a sua natureza inclusiva.

O lazer e o turismo são uma das motivações desta Rede, sendo expectável a territorialização de efeitos positivos (diretos e indiretos), com um impacte equacionado pelo menos em duas dimensões. Em primeiro lugar, a Rede implica o enriquecimento da Região Centro, identificando pontos de interesse e diversificando a eficácia apelativa do território. Com as respectivas narrativas biográficas, políticas e sócio-culturais, os Centros de Interpretação alargam a cartografia turística da região, gerando o aumento da procura e o reforço da relevância de um conjunto diversificado de lugares. A integração destas diferentes geografias numa mensagem turística articulada será, ainda, uma oportunidade de coesão numa região condicionada por alguns fatores estruturais de desagregação.

Este conjunto de espaços, que não pretendem ser replicadores de ideologias, comprova a participação do território em causa na história política do século XX português. Um tal facto poderá, ao mesmo tempo, motivar a participação ativa das comunidades locais e gerar novos fluxos, com motivações específicas. Através do turismo, a Rede será uma oportunidade para aumentar os conhecimentos sobre

o percurso recente de Portugal, para promover a elevação da cultura política e do pensamento crítico, ambos estratégicos no atual contexto europeu e mundial.

Assim, no alinhamento atrás descrito a ADICES–Associação de Desenvolvimento Local, , em estreita colaboração com as Câmaras Municipais de Carregal do Sal, Penacova, Santa Comba Dão. Seia; e Tondela, contando com a consultoria científica e tecnológica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC), pretende ver estruturada, nos próximos dois anos, a Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo.

Este projeto, amplo, abrangente e potenciador de um território de baixa densidade, prevê a criação dos seguintes Centros de Interpretação (CI):

Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes

Instância Sanatorial do Caramulo

Estado Novo – Santa Comba Dão

I República – Penacova e Seia

Sendo um projeto estruturante e que verdadeiramente alavanca o desenvolvimento desta região que vai da Estrela ao Caramulo, passando por este Planalto Central e porque importa que o mesmo seja equilibrado, isento e rigoroso na sua construção, a ADICES contactou, no final do passado mês de abril de 2019, o CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (UC)., tendo o protocolo de colaboração sido assinado no dia 11 de julho de 2019.

A rede foi apresentada publicamente a 17 de julho, em Penacova, na presença do Sua Excelência o Presidente da República, tendo ficado bem vincado a intenção da sua criação: defender os territórios de baixa densidade e de colocar no mapa localidades que são habitualmente esquecidos.

A participação científica do CEIS 20 é um garante do equilíbrio, rigor e seriedade deste projeto.

Não está previsto, nas reuniões já realizadas, que o foco dos Centros de Interpretação a criar esteja direccionado para o culto de objetos pessoais ou apologia ideológica de qualquer das figuras associados aos períodos históricos abrangidos.

ADICES não teve, não tem e não terá intenção de promover qualquer iniciativa laudatória relativamente a qualquer personalidade. A ADICES, como sempre fez, pretende contribuir para que estes territórios se mantenham, atrativos e competitivos, promovendo/participando num projeto que, inegavelmente, leva ao aprofundamento da democracia e do desenvolvimento sustentável dos seus territórios.

Neste momento está em fase de definição a figura jurídica que dará suporte a esta REDE através da existência de um protocolo funcional.

Estabilizada que esteja esse passo serão encetados os contactos com vista à constituição do Conselho Consultivo da REDE.

Deste Conselho Consultivo farão parte em prestação pro bono, representantes de unidades de investigação, sub-unidades orgânicas de instituições de ensino superior, Museu da Presidência da República, associações cívicas: e personalidades de reconhecido mérito que se constituem como garante de rigor histórico e inexistência de qualquer espírito laudatório.

Pretende-se, igualmente proceder à criação de um Gabinete de Investigação, em termos a definir, após a constituição deste Conselho Consultivo.

Tendo por objectivos a promoção do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento integrado/sustentável, a Rede decorrerá de uma postura intelectual objectivante e problematizadora (de reconstituição e contextualização,

comparação e interpretação), comprometendo-se a atenuar os riscos de inculcação ideológica (valoração laudatória ou condenatória, ocultação de factores relevantes ou negacionismo) ou de promoção sensacionalista (saudosismo e naturalização de questões inequivocamente fracturantes). A Rede procurará, igualmente, por um lado, acolher iniciativas oriundas das comunidades envolventes de cada um dos seus vectores nucleares; por outro, fomentar a intervenção dessas mesmas comunidades.

No que concerne às valências complementares, estarão em causa, entre outras, a edição de materiais de divulgação (catálogos, obras colectivas e monografias, filmes, jogos educativos, etc.) e a organização de eventos (colóquios, debates, mini-cursos, ciclos de cinema, campos de férias, etc.); a participação em actividades comemorativas e o acolhimento de públicos estruturados; a atracção de públicos internacionais interessados em temáticas como a implantação de regimes demoliberais e a Primeira Grande Guerra, as ditaduras de tipo fascista e o antissemitismo/o Holocausto; a dinamização de rotas temáticas a propósito de património cultural e/ou natural.

A par destas iniciativas realça-se a importância das visitas de Escolas, comunidade fundamental na difusão dos valores humanistas e democráticos.

Senhoras e Senhores Deputados

Hoje ninguém tem dúvidas que Portugal é um país profundamente assimétrico com uma acentuada desertificação das zonas rurais.

As comunidades rurais estão a mudar drasticamente, passando da sobrevivência ligada á agricultura, para um espaço dinâmico onde se alia a produção de produtos únicos com a exploração florestal, a promoção ambiental, a preservação de artes e ofícios tradicionais passando pelo desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.

A atração de novos visitantes ao espaço rural cria novas redes de negócio e fixam população e assim evidenciam o grande potencial que estes territórios encerram.

E é nesta nova dinâmica que esta rede de Centros de Interpretação se quer constituir como um eixo cultural que marcam e dominam a geografia local.

Pretende-se criar e estruturar um produto turístico que funcione como âncora de atração sustentada numa nova economia rural.

O seu modelo de governação específico onde pontificam um conselho consultivo independente é, por si só, garante de isenção de qualquer fantasma que possa existir quanto à apologia de qualquer ideologia.

Este suporte científico constitui-se não só como garante do projeto, sendo uma condição necessária para o sucesso do mesmo.

Estamos convictos e determinados na execução desta Rede de Centros de Interpretação.

A sua implementação/execução constitui-se como importante passo na valorização dos territórios onde se encontram os diversos núcleos da Rede.

Temos fundadas esperanças que este projeto sirva de mola propulsora, qual alavanca, no reganhar de dinamismo e atração territorial.

(Apontamentos para a intervenção final).

Exma Senhora

Presidente da Comissão de Cultura e Comunicação

Senhoras e Senhores deputados

Reiteramos o agradecimento por esta audiência que nos permitiu apresentar um projeto estruturante para aquela vasta região.

Um projeto que é para ser concretizado estando já algumas infraestruturas em fase de construção.

Reiteramos, igualmente, o nosso equilíbrio e cuidado na implementação desta Rede onde dos 5 espaços, 3 poderão ser associadas a casas-museu, referimo-nos a Aristides Sousa Mendes, António Jose de Almeida e Afonso Costa e dois não têm essa conotação: a estância sanatorial do Caramulo e o centro de Interpretação do Estado Novo, em Santa Comba Dão, onde não há possibilidade de haver qualquer casa-museu, precisamente porque há cuidados deontológicos a ter quando se lida com lugares de memória associados a ditaduras e a ditadores.

Obviamente que nunca houve intenção nem se aceita qualquer Museu oficial que sirva para, de uma forma directa ou indirecta, homenagear Salazar, como se fez com Lenine e ainda se faz com Estaline ou com Ataturk. Mas compreende-se e talvez se deseje criar um Centro de Interpretação que sirva para explicar as motivações do sistema e as suas práticas.

E será que um centro destes pode motivar a peregrinação saudosista de que se fala? A Democracia não pode ter medo dos autoritarismos e totalitarismos que procura atacar, nem dos seus eventuais defensores.

Registamos, também, que não existe no nosso país, felizmente, uma onda neo-salazarista. Recordamos que em Predappio a casa onde nasceu Mussolini está restaurada — assim sucedeu graças à Comuna local, na altura governada pelo Partido Socialista — e nela apenas são apresentadas exposições temporárias, a fim de melhor compreender o regime que se autodestruíu em 1943 e que foi vencido pelos “Aliados” em 45, com o criminoso Nazismo do Holocausto, que lhe deu força e um significado mais repressivo com a criação do Eixo.

Por outro lado, recordamos a musealização em Nuremberga, no próprio local monumental que resta onde se reunia o Partido Nazi, com as suas grandes paradas, de um modelar centro didático, com espaços dirigidos à juventude, para que, recordando o passado sangrento, não mais se sinta atraída por ele e pelo seu “folclore”. Terá um efeito idêntico aos campos de concentração, que constituem — por exemplo na Alemanha em Dachau, próximo de Munique — um significativo meio de ensino contra o totalitarismo.

Senhoras e Senhores Deputados

Diariamente, os atores locais, municípios, associações empresariais e de desenvolvimento local, lutam contra uma semireclusão das suas populações, contrariando a falta de expectativas que lhes permitam ter um futuro.

A acentuada assimetria entre o litoral e o interior tem de ser combatida pelo surgimento de projetos âncora de renovação e atração dos territórios.

Lutar contra o empobrecimento cultural, reganhando autonomia económica dos territórios, mobilizando iniciativas empreendedoras, criando atração e riqueza, são algumas das tarefas que estes empresários locais têm pela frente.

Lutar pela sustentabilidade económica e demográfica, criando fatores de competitividade que invertam este declive acentuado é a missão que a todos deve convocar.

Mas esta renovação/atração precisa, para além de medidas de política que, para além de valorizar os recursos existentes, devem ter em conta as necessidades das populações e promovam medidas de equilíbrio e continuidade na sua implementação.

Neste desiderato deverão incluir-se todas as dimensões do território, incluindo entre outras, a preocupação ambiental, a patrimonial e histórica, assim como os recursos naturais.

Estas singularidades dos territórios rurais encerram em si singularidades e especificidades que merecem ser dados a conhecer junto da sociedade urbana.

Esta nova missão do mundo rural pode e deve contribuir para novas oportunidades de negócios e serviços.

Estamos perante um projeto mobilizador de toda a região pelo que queremos deixar aqui bem vincada a nossa determinação em concretizar esta Rede de Centros de Interpretação como elemento determinante na afirmação estratégica desta vasta região do centro de Portugal..